

A omissão dos diretores de Geração, Transmissão, Operação, Comercialização e Regulação das empresas ao aceitarem as condições de privatização da Eletrobras.

Os empregados progressistas, os aposentados que continuam no *front* e as entidades sindicais e associativas deixam um recado claro aos diretores responsáveis pelos ativos de geração e transmissão das empresas Eletrobras: não ficaremos em silêncio perante a omissão, negligência, imperícia e covardia de vocês sobre os erros crassos de *valuation* dos ativos da Eletrobras, o conto da carochinha da neutralidade tarifária e a retórica da incapacidade de investimento da Eletrobras nos dias atuais.

Vocês que conhecem (ou deveriam conhecer) as belas obras da engenharia brasileira como Itumbiara, Sobradinho, Tucuruí, complexo Paulo Afonso e usinas históricas de Furnas sabem muito bem que os acionistas privados estarão nas mãos com “vacas leiteiras de dividendos” e a gestão dos reservatórios mais importantes do Brasil, enquanto a população pagará uma tarifa 100%, 200% e até 300% superior às cotas. Passar a gestão de reservatórios para investidores privados, sedentos por dividendos e pela mais valia em cima dos consumidores de energia, é um crime de lesa pátria.

O silêncio dos diretores que não conhecem os ativos de geração e transmissão da Eletrobras é imprudente, o de vocês é inaceitável e irresponsável.

É digno de nota o absurdo de privatizar a participação do povo brasileiro em ativos

estruturantes como Belo Monte, Santo Antônio e Jirau, ativos de transmissão em alta e extra tensão no início da operação comercial (usinas e linhas que ainda estão na “primeira infância”, vendidas a preço de banana, que enriquecerão os bolsos dos acionistas residentes e não residentes da Eletrobras por várias décadas).

A falta de atitude dos diretores de geração e transmissão das empresas Eletrobras aparecem nos números: não conseguiram agregar 1MW de geração ou 1KM de rede nos leilões nos últimos anos e não agregaram praticamente nada de novo no portfólio da Eletrobras, além dos investimentos em andamento e manutenções necessárias.

Os diretores de geração e transmissão da holding, ambos afilhados do ex-presidente Wilson Ferreira Junior, jamais tiveram coragem de contestar o antigo presidente, o atual presidente, ou qualquer assecla do Ministério da Economia ou Ministério de Minas e Energia. Não adianta esbanjar um longo currículo se o silêncio desta dupla caipira é digno da insegurança de um “jovem aprendiz”. Reconhecemos o maior título dos dois: “reis dos desinvestimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPEs”.

Qualquer documento técnico entreguista e leviano elaborado pelos diretores que gerem os ativos de geração e transmissão da holding e

das subsidiárias, e que venham a integrar futuros documentos para Assembleias Gerais (AGOs e AGEs), serão analisados e contestados com veemência pelas entidades representativas dos trabalhadores.

Algumas reflexões:

Que tipo de diretores é esse que se calam quando a ANEEL e o MME ludibriam o Senado com a “conversa para boi dormir” da neutralidade tarifária e um mês depois o CNPE aumenta em até 50% o valor da tarifa nos primeiros anos da descotização? Que se calam quando a ANEEL coloca no contrato de concessão que os preços das usinas da Eletrobras serão livremente negociados? Onde está a mágica de conciliar neutralidade para o consumidor e preços livremente negociados pelo vendedor?

O que acham da pedalada fiscal de R\$ 5 bilhões da CDE numa antecipação incompatível com a mensuração e recolhimento habitual do encargo? Permanecerão quietos com o uso eleitoral da privatização da Eletrobras?

E quanto ao conto da carochinha que “Eletrobras não tem dinheiro para investir”, mesmo tendo bilhões e robusta geração em

caixa e condições favoráveis para captações nacionais e externas? Continuarão fazendo cara de paisagem?

Lembramos que a AEEL é acionista minoritária e não abre mão do seu direito inalienável de contestar estes documentos na ata das assembleias e, caso considere cabível, interpelar juridicamente os diretores das áreas técnicas de geração, transmissão, comercialização sobre atos lesivos ao erário, renúncia de receita para a União, erros gritantes de *valuation*, riscos de desnacionalização do capital social da Eletrobras, dentre outras ações.

Por fim, questionaremos, no uso das atribuições, cada um dos diretores da Eletrobras, além da diretoria colegiada, e estamos atentos para contestar o diretor Pedro Jatobá (uma vergonha um ex-empregado se prestar a este papel!) e o diretor Márcio Szechtman por seus atos e omissões.

Sugerimos-lhes três caminhos: enfrentem e contestem com altivez a modelagem dos ativos de geração e transmissão, redijam as suas renúncias ou preparem os seus seguros.

Seguimos na luta.

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#)).

A Diretoria, em 18 de janeiro de 2022.

Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

